

Remédio certo para o voo de galinha

Tarcísio Takashi Muta

A indústria de defesa vive na dependência de um único comprador, que é o governo. Quem empreende nessa atividade conhece perfeitamente a condicionante e trabalha sempre com olhos na demanda de aplicações não militares que podem ser atendidas com adaptações criativas e aperfeiçoamentos engenhosos.

Os responsáveis pela defesa sabem do que o Brasil necessita e, por isso mesmo, trabalham com foco nas aplicações – produtos, dispositivos e sistemas que possam desempenhar as tarefas designadas com eficácia e custo adequado. Esta orientação decorre de sua obrigação funcional, que é cumprir os objetivos estabelecidos pela nação através dos governos constitucionais democraticamente eleitos.

Durante várias décadas a sociedade não teve uma visão clara sobre quais eram essas orientações. Com a implantação da Estratégia Nacional de Defesa (END), através do Decreto-Lei 6.703, de 18 de dezembro de 2008, a zona de sombra foi amplamente iluminada. O País sabe que busca conquistar autonomia na concepção, desenvolvimento e produção dos meios indispensáveis para garantir sua existência pacífica e soberana, tendo ainda reafirmado sua determinação de jamais produzir artefatos nucleares e outros instrumentos que contrariem tratados e convenções internacionais.

Para concretizar essa diretriz, o governo assume que precisa dar prioridade ao desenvolvimento de produtos em território nacional, dando preferência a fornecedores comprometidos com o destino do Brasil. O mecanismo legal para exercer tal ação de soberania foi adotado na Medida Provisória nº 544, de 29 de setembro de 2011, que após transformada em lei pelo Congresso Nacional vai definir o molde político-institucional que, por sua vez, vai permitir concretizar as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa.

Da teoria à prática, o caminho passa necessariamente pela continuidade e persistência da autoridade pública. Tal atitude não tem nada de corriqueiro, sobretudo no Brasil que ainda guarda na memória aquelas descontinuidades administrativas decorrentes da desordem inflacionária. Numa sociedade complexa, que não pode abdicar da prioridade absoluta dos projetos orientados a reduzir disparidades sociais, é preciso reconhecer que a obediência a programações de investimentos com horizonte plurianual requer disciplina férrea e minuciosa gestão dos cronogramas de desembolso.

Frente a conhecidas descontinuidades, as Forças Armadas demonstram resiliência e perseverança que merecem reconhecimento da sociedade. Mas o desafio está posto para ser vencido. É disso que depende a soberania nacional e é para isso que as atenções devem convergir. O roteiro a seguir passa por três pontos cruciais:

[1] Continuidade dos investimentos

Contratações pontuais resolvem pequenos detalhes, por vezes indispensáveis, mas não colocam o trem na marcha desejada. A diferença na política de defesa se faz mediante projetos estruturantes de fornecimento e implantação com forte presença nacional, acompanhados de investimentos em conhecimento científico e tecnológico que possibilitem, realmente, absorver o conhecimento e promover a evolução do pensa-

mento científico e tecnológico local. A criação de uma base efetiva na área da defesa é o modo mais eficiente para promover o aumento do valor agregado na produção de bens e de serviços de forma continuada, contribuindo assim para sanear a balança comercial e garantir autonomia no longo prazo.

[2] Sintonia dentro do governo

A concretização de projetos estratégicos somente acontece numa situação em que agentes públicos agem de modo coordenado. Além do Ministério da Defesa, a quem cabe a iniciativa e a supervisão do fornecimento, o Ministério do Planejamento tem papel fundamental para enxergar os aspectos econômicos e tecnológicos de grandes projetos plurianuais, dotando-os com verbas perenes e acompanhando a execução. Simultaneamente, a Secretaria de Assuntos Estratégicos e o Ministério da Ciência e Tecnologia têm importante papel na aproximação do setor produtivo com a academia, promovendo a disseminação do conhecimento e, também, provendo os recursos para que os estágios básicos, tais como concepção e especificação dos produtos e serviços vitais para a defesa, sejam tratados como prioridade nacional.

[3] Incentivo à inovação

Se a responsabilidade de viabilizar os meios através dos contratos fica com o Ministério da Defesa, a capacitação tecnológica, tarefa do Ministério da Ciência e Tecnologia, fica naturalmente mais distante da prática imediata. Por isso mesmo, a soma da Defesa com Ciência e Tecnologia é vital para o sucesso de uma política orientada à soberania: o primeiro é o aplicador e o segundo é a base. Somados, geram resultados com mais eficácia e continuidade. Nesse campo, tudo começa pela sintonia estratégica entre os dois ministérios, a partir da definição comum dos conhecimentos críticos a serem perseguidos. Essa lista comum de desafios da mais alta complexidade pode e deve ser fonte de programas de incentivo à inovação, modalidade de investimento público admitida e até estimulada nos tratados globais de comércio, ficando abrigada de querelas acerca de subsídios indiretos a exportações.

Se perseguir essa tripla rota o Brasil terá condições de escapar da armadilha que domina, há décadas o relacionamento dos pesquisadores acadêmicos com as empresas que podem e devem buscar competências e inteligência nos melhores centros de formação do País, que é a realização de pesquisas cujos resultados caem no vazio: empresa e academia somente afinam propósitos e trabalham em busca de algo comum se houver desafios claros e consistentes que interessem aos dois lados. Projetos estruturantes na defesa têm essa dimensão e podem servir como catalisadores para uma sinergia até agora frágil.

Se o caminho for consistente, os resultados aparecerão. Caso contrário, o Brasil prosseguirá no voo de galinha que tem caracterizado os investimentos em defesa e que amarram o potencial de desenvolvimento nacional. **T&D**

N. da R.: Tarcísio Takashi Muta é engenheiro e presidente do Conselho de Administração da Atech.



Divulgação